

Apresentação da Seção Temática

POLÍTICAS E PRÁTICAS CURRICULARES – Diferentes Perspectivas de Análise

Rita de Cássia Prazeres Frangella

UERJ, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

Janete Magalhães Carvalho

UFES, Vitória, Espírito Santo

Esta seção temática enfoca a relação entre práticas e políticas, considerando que deva haver, nas pesquisas com os currículos, a compreensão de que as políticas são práticas, ou seja, são ações de determinados grupos políticos sobre determinadas questões com a finalidade explicitada de mudar algo existente em algum campo de expressão humana. Ou seja, as políticas são, necessariamente, práticas pessoais e coletivas dentro de um campo qualquer no qual há, sempre, lutas de posições diferentes e mesmo contrárias. Dessa maneira, as pessoas e os grupos, em suas ações, produzem políticas que, muitas vezes, não são visíveis aos que analisam “as políticas” porque formados para enxergar, exclusivamente, a perspectiva que é dominante e/ou que atende aos interesses dominantes como “dispositivos” que dirigem como imagem especular o ver, o falar e o julgar.

Para Foucault (1986, p. 12): “Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; [...] as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro”.

Nesse sentido, os enunciados discursivos, uma vez constituídos no registro do social, entrecruzam-se, formando verdadeiras redes histórico-culturais que funcionam como uma espécie de “modelo/molde” para a produção de determinados significados e determinadas verdades historicamente localizados. Foucault (1986) visualiza a formação discursiva como uma rede de relação entre enunciados que configuram campos discursivos específicos, formados como um acontecimento que permite a expressão de certas ideias apreendidas socialmente e avaliadas como verdadeiras ou falsas para uma determinada época e um

espaço definido e, portanto, legitimadora de discursos hegemônicos por serem os predominantemente considerados válidos e aceitos.

Nas práticas estão compreendidas negociações permanentes de saberes, valores e condutas que se informam e informam as redes de conhecimentos e os modos que configuram os espaços de estabelecimento da verdade. Assim sendo, uma “formação discursiva”, apesar de apresentar regularidades, não é composta apenas de discursos homogêneos, pois diferentes discursos convivem dentro de uma formação discursiva; o que também implica outra abordagem do discursivo, para além de uma perspectiva representacional, indica percorrer caminhos, observar rasuras e descentramentos e, sendo assim, esta seção temática aborda políticas e práticas curriculares em diferentes perspectivas de análises não na intenção de apresentar consensos teóricos, mas o que buscou-se na organização desse conjunto de textos é um alinhamento a partir da compreensão de que observamos política-prática para além de dicotomias, como ação contingente e implicada, que exige articulação entre múltiplas dimensões que borram as arbitrárias fronteiras entre o que seria política e prática.

Assim, ao propormos tematizar nessa seção temática a relação entre prática e política no currículo; estamos questionando algumas das dicotomias herdadas pela educação do discurso hegemônico da ciência moderna, como cultura/sociedade, teoria/prática, sujeito/objeto, entre outras, mas, sobretudo, afirmando a compreensão de que somos sempre sujeitos políticos e que as políticas são práticas.

Sendo assim, os textos que compõem esta seção temática, considerados como acontecimentos discursivos, não são nem a mera transcrição do pensamento em discurso, nem apenas o jogo das circunstâncias. Os enunciados, como acontecimentos, possuem uma regularidade que lhes é própria, que rege sua formação e suas transformações; o que foi constituído como domínio discursivo; o tipo de discursividade que esse domínio possui; os limites e as formas de conservação, ou seja, dos enunciados que estão destinados a ingressar na memória dos homens pela recitação, pela pedagogia e pelo ensino; os limites e as formas de memória como aparecem em cada formação discursiva, isto é, os enunciados que reconhecem, como válidos, discutíveis ou inválidos, os enunciados considerados próprios ou estranhos; os limites e as formas de reativação de enunciados anteriores que a cultura retém, valoriza ou reconstitui e a que as transformações e comentários os submetem; os limites e as formas de apropriação, no sentido de identificar os indivíduos ou grupos que têm direito à determinada classe de enunciados, observando como definem a relação de discurso com o seu autor e como se desenvolve, entre as classes, as nações ou as coletividades, a luta para encarregar-se dos enunciados.

Formações discursivas híbridas em uma seção temática também híbrida. O que ressaltamos ao destacar o caráter híbrido dessa produção é que esse se dá sob o signo da diferença. O lócus da enunciação é sempre marcado pela heterogeneidade, qualquer pretensão à homogeneidade é arbitrária e hierarquizadora. Assim, tomamos as formações discursivas aqui trazidas, na composição da seção temática/texto que ora apresentamos: produção híbrida num espaço fronteiro de negociação e disjunção, para além de

polaridades que estabelecem o cá e lá, como dualidade, mas na dupla inscrição.

Sendo assim, se articulam para falar dessa relação, nesta seção temática, 10 artigos e uma entrevista, procurando oferecer ao leitor um rico leque de problematizações em torno da temática. Desse modo, a temática desta seção temática carrega o conceito de práticas e políticas, em variadas versões, visto que as práticas são políticas negociadas nas complexas redes cotidianas de saberes, fazeres e poderes das escolas e dos sistemas educacionais, constituindo-se como *políticas de currículo*.

Tal conceito envolve uma noção de política mais complexa do que aquela sistematizada pelos documentos governamentais. De fato, se é urgente perceber que as práticas são, também, teorias, é também urgente perceber que elas são, sobretudo, políticas, pois, as construções de nossas compreensões do que seja a realidade ocorrem numa dimensão política, isso porque o político não é uma dimensão em separado, mas atravessa constantemente todas as demais dimensões constitutivas da pessoa e do coletivo.

Nesse sentido, o debate para as políticas curriculares em nível internacional, nacional e em nível local, mobilizou um conjunto discursivo expressivo, pois nele se articularam as “vozes” de gestores, consultores especialistas e praticantes “ordinários” do currículo, sobressaindo, composição a possibilidade de várias discursividades se apresentarem nos artigos e na entrevista que o integram,

Abrimos a seção temática com o texto de Angel Diaz-Barriga, “*Currículo, escuelas de pensamiento y su expression en la tensión entre saberes conceptuales y prácticos*” que toma como questão de análise a própria tensão instaurada no campo da teoria curricular: a que saberes essa deve responder: conceituais ou práticos? Para tanto análise diferentes escolas de pensamento inquirindo acerca da tensão teoria-prática no campo curricular, deslocando a discussão do campo curricular como problema ético.

Janete Magalhães Carvalho, Sandra Kretli da Silva e Tânia Delboni apresentam a entrevista “Entre culturas, pesquisas, currículos e cotidianos: uma conversa com José Machado Pais”, em que enfoca a sociologia da vida cotidiana, nas dimensões epistemológica e metodológica, como abordagem para a compreensão das culturas juvenis, das práticas curriculares escolares e dos processos de aprendizagem e criatividade no ensino e na pesquisa. Pontua como princípio orientador para o currículo escolar, a aprendizagem e o desenvolvimento da interconectividade entre escola, sociedade e práticas de re(existência) e, nesse sentido, argumenta sobre a abundância de informação e o caráter fragmentário do conhecimento no mundo contemporâneo devendo as práticas curriculares, como práticas políticas, buscarem conectar o desconectado

Inês Barbosa de Oliveira, em seu texto “Currículo e processos de *aprendizagemensino: políticaspráticas* educacionais cotidianas”; articula sua argumentação em torno de *políticaprácticas, aprendizagemensino*, produções que se dão de forma imbricada/implicada, na problematização de modelos educativos e curriculares homogeneizantes que negam a diferença. Assim, a partir das questões que destaca, caras aos estudos no/do/com os cotidianos, a autora busca desnaturalizar as visões dicotomizantes que erigem modelos homogeinizadores, discutindo *políticaprácticas* como processos sociais, epistemológicos e

políticos de produção e significação.

Alice Casimiro Lopes, Erika Virgilio Rodrigues da Cunha e Hugo Heleno Camilo Costa, em “Da recontextualização à tradução: investigando políticas de currículo”; discutem a noção de recontextualização por hibridismo, que sustenta várias investigações no campo, tal como apresentam. Ainda que diante da produtividade de tal perspectiva, os autores desenvolvem a noção de tradução, com base nos estudos que fazem de Derrida, como mais potente que a recontextualização para o propósito de ampliar, no enfoque pós-estrutural, o sentido de política. Assim, apresentam e defendem um possível quadro teórico para investigação das políticas de currículo que possa aprofundar o enfoque discursivo do caminho investigativo no campo curricular.

Antonio Carlos Amorim, em “Três crianças a comporem um plano para o currículo”, a partir da problematização da centralidade da enunciação nas produções curriculares, destaca as articulações entre os quatro conceitos que caracterizariam o campo dos estudos de currículo no Brasil: a enunciação, o hibridismo, o cotidiano e a multiplicidade de acontecimentos. Acompanhado da figura da *criança*, o autor tensiona as relações entre o visível e o dizível, interrogando o próprio conceito de enunciação no encontro com alguns tipos de literatura e de cinema, com conceitos de Deleuze e Guattari que permitem diferir ao pensar uma relação da criação e da autoria, de outra ordem nos estudos curriculares.

Roberto Sidnei Macedo, “Atos de currículo: uma incessante atividade etnometódica e fonte de análise de práticas curriculares”; desenvolve o conceito de atos de currículo, defendendo que esse é, ao mesmo tempo, uma construção epistemológica, cultural e político-pedagógica. Implica numa política de sentido sobre como agregar à cena curricular atores político-pedagógicos, suas vozes e ações, o que se desdobra na análise do etnometodos desses sujeitos sociais, observando-os como instituintes culturais do currículo.

Elizabeth Macedo, em “A noção de crise e a legitimação de discursos curriculares”; discute a noção de crise, que tem tido lugar de destaque na teoria curricular contemporânea no Brasil, como um sintoma do um deslizamento entre teoria crítica e pós-crítica. A autora apresenta como a noção de crise vem funcionando como operador na descrição dos desafios postos à teoria curricular e como legitimadora de uma perspectiva de intervenção nos textos políticos. Diante disso, argumenta que a ideia de crise tem funcionado como exterior constitutivo que estabiliza o sistema de significação e, portanto, dificulta a circulação de múltiplos sentidos para currículo, defendendo assim que essa seja rechaçada na medida em que o controle da significação propiciado pela noção de crise limita suas próprias possibilidades, aproximando-se de um discurso político redutor.

Maria Inês Marcondes e Caroline da Luz Moraes, “Currículo e autonomia docente: discutindo a ação do professor e as novas políticas de sistemas apostilados na rede pública de ensino”; a partir das pesquisas que desenvolvem sobre políticas de currículo em sistemas municipais de ensino, analisam o crescente uso de sistemas apostilados – orientações prescritivas elaboradas pelas Secretarias com ajuda de especialistas ou adquiridos a partir da contratação de grupos privados. As autoras discutem como essa opção pelo sistema apostilado vem sendo justificada como estratégia de melhoria da qualidade de ensino,

refutando as afirmações que justificam esse uso e problematizando a partir da questão da autonomia docente. Observam que os sistemas apostilados corroboram para o predomínio de uma lógica de controle que submete o professor ao papel de técnico implementador de materiais didáticos, o que traz implicações para as políticas de formação docente.

Em “Sobre as redes que tecem *práticaspolíticas* cotidianas de currículo e de formação de professores/as”, de Carlos Eduardo Ferraço e Maria Regina Lopes Gomes, analisam, a partir da teoria das práticas cotidianas, a tessitura das práticas curriculares e de formação de professores a partir da pesquisa que desenvolvem na rede municipal de Vitória (ES), no entrelaçamento do cotidiano das escolas com as questões da SEME- central, discutindo a tessitura das redes de saberes-fazeres-valores-sentidos-afetos no cotidiano. Defendem que, ao contrário da ideia de que há uma "verdade" a ser dita/produzida sobre os currículos e formações de professores, é na possibilidade de intercâmbios e compartilhamentos entre os vários protagonistas das políticas educacionais, na complexidade das redes que os múltiplos sentidos para a educação, para as escolas e para os conhecimentos se produzem.

Joyce Ribeiro, no artigo “Políticas curriculares de tradução do espaço arquitetural” analisa em seu texto práticas curriculares como tradução cultural a partir de pesquisa etnográfica desenvolvida em escola estadual centenária em Belém (PA). A autora argumenta que por mais que a tradição queira obter controle e disciplinamento por meio do esquadrinhamento arquitetural, há práticas curriculares de tradução do espaço tecida na tensa relação cotidiana entre alunos/alunas e professores, professoras e funcionários/as; esse movimento é permanentemente metamorfoseado, adquirindo diferentes cores, especialmente ao considerar os atravessamentos de geração, gênero e sexualidade. Em diálogo com Bhabha, observa a tensão entre a tradição inventada e reencenada cotidianamente pelos espaços arquiteturais e as performances dos jovens que negociam outros sentidos para e com esse espaço.

“Políticas curriculares no ensino médio: ressignificações no contexto escolar”, de autoria de Jean Mac Cole Tavares Santos e Márcia Betania de Oliveira focaliza a reforma do Ensino Médio, pondo em destaque a proposta para o Ensino Médio Integrado (EMI), em desenvolvimento em uma escola pública na cidade de Mossoró/RN. Trazem a discussão as narrativas de docentes envolvidos no processo de desenvolvimento da proposta, bem como o então gestor da escola, buscando compreender conflitos, negociações, adaptações e readaptações dos discursos da política àquela realidade escolar, a partir da compreensão do ciclo contínuo de políticas proposto por Stephen Ball.

Voltamos, assim ao começo e recomeço. Os textos falam de olhares e escutas; falam de experiências e experimentações; falam do novo (não da novidade) que pensamos saber, mas não vemos; falam de currículo como uma palavra outra – como composição que implica a disposição em acolher a palavra do outro; falam de *prácticateoriaprática* como política curricular (e de conhecimento) no cotidiano da escola e na pesquisa acadêmica; falam de currículo como um projeto ético-estético-político – aberto à invenção e à experiência.

Assim, os artigos e a entrevista que compõem este número da Revista Currículo sem Fronteiras oferecem ao leitor a temática da relação entre práticas e políticas, a partir de

pesquisadores do campo do currículo, em diferentes enfoques e aportes teórico-epistemológicos. Busca, desse modo, colorir o campo com a elevação do quociente de problematizações possíveis, porém, sempre derivadas da convicção de que toda prática é política e vice-versa.

Convidamos a todos para, pela leitura, investirem nos espaços-tempos pelos quais passeiam os textos em suas zonas feitas de margens que se tocam e, não, de fronteiras. Boa leitura!

Correspondência

Rita de Cássia Prazeres Frangella – Doutora em Educação, Professora Adjunta da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação – Proped da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Vice-coordenadora do GT Currículo da Anped (2012-2013).

E-mail: rcfrangella@gmail.com

Janete Magalhães Carvalho – Doutora em Educação, Professora Associada IV do Departamento de Educação, Política e Sociedade (DEPS) e do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/CE/UFES), atuando na linha de pesquisa “Cultura, currículo e formação de educadores”.

E-mail: janetemc@terra.com.br

Texto publicado em *Currículo sem Fronteiras* com autorização das autoras.
